



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA  
COORDENADORIA ACADÊMICA  
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA AEROESPACIAIS

LUCIANO PARREIRA **RESENDE**, Cel Av

**A necessidade de Fortalecimento da Mentalidade de Defesa no Brasil:** Programa de fomento à Cultura de Defesa e ao Pensamento Estratégico em Soberania Nacional.

Rio de Janeiro  
2025

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA  
COORDENADORIA ACADÊMICA  
CURSO DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA AEROESPACIAIS

LUCIANO PARREIRA **RESENDE**, Cel Av

**A necessidade de Fortalecimento da Mentalidade de Defesa no Brasil:** Programa de fomento à  
Cultura de Defesa e ao Pensamento Estratégico em Soberania Nacional.

Trabalho de conclusão de curso apresentado à  
Escola de Comando e Estado-Maior da  
Aeronáutica como requisito parcial para  
aprovação no Curso de Política e Estratégia  
Aeroespaciais.

Orientador: Alessandro Da Costa Borges CelAv.

Rio de Janeiro  
2025

## 1 INTRODUÇÃO

A segurança e a defesa nacional são pilares fundamentais da soberania e da estabilidade de qualquer Estado moderno. A percepção pública acerca dos temas de defesa e segurança nacional varia significativamente entre as nações, influenciada por fatores históricos, culturais, geopolíticos e institucionais. Enquanto nos Estados Unidos, por exemplo, o engajamento da sociedade civil com a defesa é historicamente forte e legitimado pelo discurso de segurança nacional (HUNTINGTON, 1957), no Brasil, onde a percepção de ameaças externas é historicamente menor que em outros países com tradição em conflitos (BRASIL, 2020; BRASIL, 2020b), a sociedade demonstra pouco conhecimento e interesse sobre o tema. Esta falta de conscientização representa um risco estratégico, especialmente em um cenário internacional complexo e multipolar, marcado por incertezas e reconfigurações de poder. Na frase atribuída ao Barão do Rio Branco: “Nenhum país pode ser pacífico, sem ser forte”.

Em democracias maduras, a participação da sociedade civil em temas de defesa é essencial para legitimar políticas públicas, fortalecer a soberania e garantir que as ações estatais reflitam os interesses da nação como um todo. A construção dessa participação exige planejamento político estratégico, abertura institucional e mudanças culturais tanto na sociedade, quanto no Estado. Assim, é fundamental fomentar uma mentalidade sólida de defesa, que envolva não apenas o governo e as Forças Armadas, mas toda a sociedade.

A defesa nacional não se resume às ações militares ou políticas estatais; é uma construção coletiva que demanda a conscientização e o engajamento da sociedade civil. Pensadores como Buzan (1991) e Booth (2007) destacam que a segurança deve ser entendida em uma dimensão abrangente, envolvendo aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais. Diante desse cenário, é necessário refletir sobre como fomentar uma mentalidade de defesa que seja ampla, participativa e integrada. Este trabalho se propõe a discutir este problema e apresentar soluções possíveis para mitigá-lo.

A construção da Cultura de Defesa no Brasil tem sua origem na Guerra do Paraguai (1864–1870), maior e mais sangrento conflito da história da América do Sul (DORATIOTO, 2002). Seus efeitos transcenderam o campo militar, impactando a organização social, a estrutura política e a consolidação da identidade nacional brasileira, servindo como um catalisador na formação de um sentimento de pertencimento comum (CARVALHO, 2008). Isso lançou as bases para uma mentalidade de defesa no Brasil que, embora forte em sua origem, foi gradualmente enfraquecida pela ausência de novos conflitos de grande vulto e

novas ameaças externas. Apesar da expressiva participação do Brasil na segunda guerra mundial, o país é considerado pacífico e neutro. Essa histórica ausência de percepção de ameaças iminentes, combinada com a falta de tradição em conflitos internacionais, contribuiu para uma cultura de desinteresse quanto aos temas de defesa e segurança nacional (BRASIL, 2020a; BRASIL, 2020b).

Neste contexto, com o intuito de incentivar a mudança desta realidade e fomentar a Cultura de Defesa e Segurança na população, este Ensaio propõe a criação do programa multidisciplinar denominado DESPERTAR, estruturado em diversos projetos e ações que objetivam o “despertar” do interesse nacional pelo tema.

No país, o tema ainda enfrenta grande resistência e indiferença social (BRASIL, 2020a; BRASIL, 2020b). Diferentemente de países como Israel ou França, onde a memória coletiva inclui guerras e ameaças existenciais e a sociedade demonstra elevado nível de conscientização, no Brasil faz-se necessário iniciativas amplas e contínuas que envolvam a sociedade na construção de uma consciência estratégica. Esta conscientização impacta diretamente na eficácia das políticas de defesa e na preparação nacional frente aos desafios, na medida em que sua ausência fragiliza a legitimidade das políticas de segurança, reduz o apoio público às ações de defesa, seu orçamento e compromete a capacidade de resposta nacional diante de ameaças contemporâneas (BRASIL, 2020a; BRASIL, 2020b). Neste sentido, torna-se imperativo a necessidade de implementação de ações voltadas à formação de uma mentalidade de Defesa sólida e integrada em prol da segurança nacional.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

Com base na Política Nacional de Defesa (PND) e no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) (BRASIL, 2020a; BRASIL, 2020b), o programa baseado na literatura especializada e em exemplos internacionais adaptados à realidade brasileira, sugere a adoção de uma série de medidas que servirão como instrumentos fundamentais para a difusão da mentalidade de defesa, por meio de estratégias e caminhos práticos que objetivam fortalecer a participação civil em assuntos de Defesa.

O Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e a Política Nacional de Defesa (PND) (BRASIL, 2020a; BRASIL, 2020b) ressaltam que a defesa e a soberania é responsabilidade de todos, e não apenas dos militares. Buzan (1991), propôs o conceito de “segurança ampliada”,

argumentando que a segurança nacional vai além das ameaças militares tradicionais, abrangendo também fatores econômicos, ambientais e sociais. Para o autor, a sociedade deve ser parte ativa na construção da segurança, pois o Estado, sozinho, não é capaz de garantir a estabilidade diante de ameaças complexas.

Considerando essa perspectiva, a sociedade brasileira deve ser sensibilizada para a importância da defesa em áreas como cibersegurança, controle de fronteiras, proteção ambiental e segurança energética, apontadas como estratégicas no LBDN (BRASIL, 2020). No entanto, para envolver efetivamente a sociedade, são necessárias estratégias de longo prazo e ações concretas, baseadas em experiências bem-sucedidas de outros países e adaptadas à realidade brasileira.

O programa DESPERTAR tem a finalidade de resgatar e aprimorar a Cultura de Defesa no país promovendo ações por meio de projetos específicos, divididos em 2 (duas) áreas de atuação distintas descritas a seguir, mas que são complementares entre si.

## 2.1 EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO ESTRATÉGICA

Segundo Huntington (1957), a sociedade civil precisa compreender o papel das Forças Armadas não apenas como instrumentos de guerra, mas como instituições fundamentais na preservação da ordem e da soberania. Huntington afirma que a ausência de uma compreensão pública sobre defesa gera riscos de alienação entre civis e militares.

Projetos como o Curso de Extensão em Defesa Nacional (CEDN) e o Pró-Defesa já caminham nesse sentido, mas devem ser expandidos. Iniciativas semelhantes devem ser implementadas para atingir não apenas acadêmicos e militares, mas a sociedade em geral, desde o ensino fundamental.

A formação da mentalidade de defesa começa na escola. A inclusão de conteúdos sobre defesa nacional e cidadania nos currículos do ensino fundamental e médio, abordando conceitos de soberania, segurança e geopolítica é essencial. A conscientização na base deve ser fortalecida para formar gerações mais conscientes e aderentes ao tema.

Em países como a França, mesmo já tendo uma consciência de defesa bastante incorporada à cultura da população, a disciplina “Defesa e Cidadania” é obrigatória nas escolas secundárias francesas. Alunos aprendem sobre temas de segurança nacional, funções das Forças Armadas e direitos e deveres do cidadão.

O programa DESPERTAR sugere a proposição de projetos pedagógicos para a implantação nos currículos escolares de conteúdos similares, talvez como parte da disciplina de História ou Sociologia, abordando defesa, soberania, Amazônia Azul, cibersegurança e proteção de fronteiras.

Outra forma de conscientização bastante eficaz e de grande alcance é a capacitação de lideranças. É necessário promover capacitações específicas para entes políticos, jornalistas, líderes comunitários e professores, para que estes se tornem multiplicadores do conhecimento. Cursos, “Workshops” e palestras, preferencialmente, na modalidade à distância (EAD) para maior alcance e efetividade. Estas são ferramentas adaptáveis à cada perfil e disponibilidade.

A defesa deve ser desmistificada para a sociedade. É preciso um trabalho de divulgação transparente e acessível. Campanhas de comunicação abordando assuntos relacionados como proteção de fronteiras, soberania marítima, segurança cibernética e outros podem ser divulgados em mídias tradicionais, redes sociais, portais digitais e eventos públicos para aproximar a população do tema.

Como exemplo, o Departamento de Defesa (DoD) dos Estados Unidos publica relatórios anuais para o público, com versões simplificadas e interativas, além de manter redes sociais ativas com vídeos, podcasts e textos educativos.

O uso de linguagem simples e exemplos práticos facilita o entendimento e gera maior engajamento, da mesma forma que a transparência gera confiança e desperta interesse. Relatórios Simplificados e versões resumidas e acessíveis dos documentos sobre defesa facilitam a compreensão e democratizam o acesso à informação.

Cada publicação deve ser direcionada e adaptada ao público alvo pretendido. O LBDN e a PND, assim como outras publicações, devem ser divulgados em forma de extratos, utilizando infográficos e linguagem didática amigável. Além disso, podem ser criados podcasts e vídeos didáticos pictoriais, explicando os principais tópicos de cada documentação. Esse material deve também, necessariamente, enfatizar como a defesa impacta a vida cotidiana, criando um vínculo com público alvo.

A Promoção da Cultura de Defesa é parte importante no trabalho da construção simbólica e cultural e no fortalecimento do patriotismo. Eventos e Festivais como feiras, exposições e eventos culturais sobre temas de defesa, mostrando a história, tecnologia e

valores das Forças Armadas, despertam o interesse público, fomentam a cultura de defesa e fortalecimento do Patriotismo.

O Brasil possui relevantes Museus e Centros de Memória que podem ser ampliados e modernizados, além de necessitarem de uma melhor divulgação. Espaços públicos dedicados à memória militar e à história das guerras brasileiras aproximam a população do tema.

Como exemplo, cita-se o Canadá que possui o Canadian War Museum e realiza anualmente a “Semana da Defesa”, com atividades culturais, exposições, encontros com veteranos e visitas a bases militares. Por meio de uma coordenação conjunta do Ministério da Defesa e as Forças Armadas, pode ser criada “Semana Nacional da Defesa”, promovendo exposições nas capitais, visitas escolares a bases militares, palestras em universidades e eventos em shoppings e locais de grande circulação, bem como a abertura planejada das Unidades militares para visitação pública com atividades programadas, nos moldes dos “portões abertos” comumente realizados nas Unidades da FAB.

Outro aspecto importante a ser abordado é a valorização das Forças Armadas e da Base Industrial de Defesa (BID). O reconhecimento do papel das Forças Armadas e da BID é fundamental. Campanhas de valorização, incentivos à inovação tecnológica e aproximação com o setor privado, podem reforçar o orgulho nacional e gerar interesse em carreiras e projetos ligados à defesa. A sociedade precisa conhecer os diversos projetos desenvolvidos pelas Forças Armadas e como estes contribuem para o desenvolvimento e o fomento da indústria no país.

## 2.2 A CULTURA ESTRATÉGICA E O ENGAJAMENTO CIVIL

Booth (2007), discute o conceito de cultura estratégica, ressaltando que a história de conflitos molda a percepção de defesa de uma sociedade. Países que historicamente sofreram invasões ou guerras tendem a ter uma cultura de defesa enraizada. Segundo Booth (2007), nações sem traumas recentes tendem a minimizar o papel da defesa.

No Brasil, a visão é socialmente distanciada da segurança nacional (BRASIL, 2020b). A criação de espaços permanentes de diálogo é fundamental. Estabelecer conselhos consultivos de defesa em nível federal e estadual, com participação de universidades, organizações da sociedade, setor privado e representantes da juventude é uma maneira de trazer a população para dentro dos temas afetos à soberania nacional.

Freedman (2013), enfatiza que a estratégia de defesa moderna só será eficaz se legitimada socialmente. O autor afirma que a construção de narrativas e o envolvimento direto da sociedade são imprescindíveis para o sucesso das políticas estratégicas.

Neste sentido, é importante a criação de audiências públicas regulares sobre o tema, principalmente, em processos de formulação de documentos estratégicos (como revisões da PND e do LBDN). Não menos importante é incentivar a realização de fóruns e conferências em capitais e municípios, conforme sugerido por Corrêa e Cagnin (2016), permitindo que as especificidades regionais sejam consideradas nas políticas de defesa. Esses eventos podem ampliar essa legitimidade e consolidar a mentalidade de defesa.

Cabe ressaltar que esses fóruns, debates e conferências devem ser abertos, permitindo que diferentes setores da sociedade discutam e contribuam para a formulação das políticas de defesa. Isso gera pertencimento e responsabilidade coletiva.

Na Suécia, o “Folk och Försvar”, fórum nacional de defesa reúne governo, militares, universidades, ONGs e o público para debates anuais sobre segurança e defesa. No Brasil, sugere-se a criação de algo semelhante, como o “Fórum Brasileiro de Defesa e Segurança”, realizando eventos regionais e um congresso anual para integrar representantes civis e militares.

Outra forma de incentivar a participação são os jogos de cenários prospectivos, como os usados nas escolas militares e instituições de planejamento. Estes são fundamentais na expressão do poder nacional e podem ser abertos ao público, como forma de sensibilizar e educar sobre ameaças reais e potenciais. Essa metodologia torna o aprendizado interativo e eficaz.

Criar eventos periódicos onde estudantes, empresários e cidadãos possam participar de simulações de crise com atividades interagências, em especial a defesa civil, por meio de exercícios de resposta a desastres e jogos de estratégia sobre segurança nacional, promove a imersão em ambientes interativos que fomentam a cultura de defesa e o pensamento crítico sobre o assunto.

Em Israel, por exemplo, são utilizados amplamente exercícios civis de defesa (como o Turning Point), simulando ataques cibernéticos, evacuação em emergências e ações de defesa civil, com participação voluntária da população. Obviamente, o contexto israelense é bem diferente do brasileiro, mas um programa anual semelhante e adaptado às realidades do país,

chamado “Simulado de Defesa Brasil”, poderia ser criado e aplicado em diversas regiões do território nacional.

Parcerias com Universidades poderiam viabilizar torneios e hackathons de defesa em conjunto com centros de inovação e instituições acadêmicas. A abertura de espaços participativos fortalece a democracia e a mentalidade de defesa (BOOTH, 2007).

A pesquisa científica e a inovação tecnológica também são áreas em que a sociedade pode contribuir imensamente com a defesa e segurança. Estimular editais públicos para projetos de pesquisa civil em defesa cibernética, segurança espacial, vigilância marítima e proteção de infraestruturas críticas promovem esta área.

Fomentar programas de apoio a startups de defesa que desenvolvam tecnologias de interesse para a soberania nacional, integrando jovens empreendedores ao setor, produz resultados significativos. Nos Estados Unidos, a DARPA (Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa) financia startups, universidades e empresas privadas para desenvolver tecnologias inovadoras, mesmo fora do setor militar tradicional. No Brasil, é possível a criação da Agência Brasileira de Inovação em Defesa (ABID), vinculada ao Ministério da Defesa, para fomentar parcerias voltadas para defesa.

### **3 CONCLUSÃO**

A consolidação do programa DESPERTAR com as ações nesses dois campos de atuação, depende de um planejamento robusto, com a criação de grupos de trabalho e setores responsáveis no Ministério da Defesa e em cada Comando das Forças singulares. Depende também de um trabalho de divulgação e engajamento das autoridades políticas e da sociedade.

O fortalecimento da mentalidade de defesa no Brasil é um projeto de interesse nacional. Como exposto na PND e no LBND, é necessário que a sociedade compreenda que a soberania e a segurança são bens coletivos, cuja preservação exige o envolvimento de todos.

Isto posto, a defesa nacional deve ser concebida como um esforço conjunto, no qual Estado e sociedade compartilham responsabilidades. Investir em educação estratégica, comunicação transparente, engajamento civil e valorização das instituições de defesa são caminhos para criar uma sociedade consciente, comprometida e preparada para enfrentar os

desafios do século XXI. Somente assim, o Brasil poderá consolidar sua posição de destaque no cenário internacional de forma segura e soberana.

O Brasil pode e deve buscar modelos internacionais adaptando-os à sua realidade para fomentar uma verdadeira cultura de defesa nacional. Essas ações, se bem conduzidas, irão fomentar o interesse da sociedade e fortalecer o sentimento de pertencimento nacional, base essencial para a construção de uma defesa sólida e democrática. A promoção da educação cívica, o fortalecimento dos canais de diálogo, a transparência das políticas de defesa e o estímulo à inovação também são instrumentos indispensáveis para esse processo.

Inspirados nos conceitos de segurança ampliada de Buzan (1991), na cultura estratégica de Booth (2007), na valorização do soldado de Huntington (1957) e na legitimidade estratégica de Freedman (2013), é possível delinear caminhos para construir uma mentalidade de defesa sólida no Brasil.

O programa DESPERTAR é uma iniciativa que visa o implemento de ações que irão contribuir com estas mudanças. Entretanto, ele é apenas parte de um processo de transformação da sociedade que deve ser trabalhado a longo prazo, visando a melhoria para gerações futuras e a consolidação de uma identidade nacional forte e consistente.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Portaria nº 1.224/GC3, de 10 de novembro de 2020. Aprova a reedição da **Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira - Volume 1 (DCA-1-1)**. Boletim do Comando da Aeronáutica, Rio de Janeiro, n. 205, f. 14971, 12 nov. 2020.
- BOOTH, Ken. **Theory of World Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020a.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020b.
- BUZAN, Barry. **People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era**. 2. ed. Boulder: Lynne Rienner, 1991.
- BOOT, Max. **War Made New: Technology, Warfare, and the Course of History: 1500 to Today**. New York: Gotham Books, 2006.
- CORRÊA, C. R.; CAGNIN, C. H. **Prospective games for defence strategic decisions in Brazil**. Foresight, v. 18, n. 1, p. 4–23, 2016.
- FREEDMAN, Lawrence. **Strategy: A History**. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- HUNTINGTON, Samuel P. **The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations**. Cambridge: Harvard University Press, 1957.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.